

Moedas Locais: reflexões sobre três casos em Portugal

Sandra Lima Coelho

*Católica Porto Business School - Universidade Católica Portuguesa, Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Porto, Portugal, scoelho@porto.ucp.pt*

Resumo: Neste artigo abordamos teoricamente os múltiplos contextos propícios ao surgimento das moedas locais e reflectimos sobre como é que estas moedas podem convergir enquanto solução, ou contribuir para a solução, de problemas originados pela expansão da racionalidade económica e dos valores que lhes estão associados, enfatizando três casos de moeda local em Portugal: o Lixo, o Tear e o Santo António. O Tear e o Santo António integram-se em projectos mais amplos que ultrapassam o âmbito de criação de uma moeda local e que se estendem a fenómenos sociais como a exclusão social, o desemprego e o consumo sustentável. O Lixo é um projecto per se que foi criado com objectivos de revitalização do comércio local e de promoção de hábitos de separação de resíduos.

Palavras-chave: moedas locais, racionalidade económica.

Title: Local currencies: reflections on three cases in Portugal

Abstract: In this article, we will theoretically discuss the multiple contexts conducive to the emergence of local currencies and reflect on how these currencies can converge as a solution or contribute to solve problems that emerge from the expansion of economic rationality and the values associated with it. We will be emphasizing three cases of local currency in Portugal: Lixo, Tear and Santo António. Tear and Santo António are part of broader projects that go beyond the scope of local currency creation and extend to social phenomena such as social exclusion, unemployment and sustainable consumption. In its current form, Lixo is a project that was created with the objectives of revitalizing local commerce and promoting waste separation habits.

Keywords: local currencies, economic rationality.

Título: La moneda local: reflexiones sobre tres casos en Portugal

Resumen: En este artículo abordamos teóricamente los múltiples contextos propicios al surgimiento de las monedas locales y reflexionamos sobre cómo estas monedas pueden converger como solución o contribuir a la solución de problemas originados por la expansión de la racionalidad económica y de los valores que les están asociados, enfatizando tres casos de la moneda local en Portugal: Lixo, Tear y Santo António. El Tear y el Santo António se integran en proyectos más amplios que superan el ámbito de creación de una moneda local y que se extienden a fenómenos sociales como la exclusión social, el desempleo y el consumo sostenible. Lixo es un proyecto que se ha creado con fines de revitalización del comercio local y de promoción de hábitos de separación de residuos.

Palabras clave: monedas locales, racionalidad económica.

Introdução

Uma moeda local é uma moeda que funciona como alternativa, ou de forma complementar, à moeda oficial. As moedas locais revestem-se de múltiplas características que as distinguem da moeda oficial. Entre elas, destacamos o seu propósito de fortalecer as economias locais, o (r)estabelecimento de laços comunitários, de solidariedade e de relações de confiança dentro de uma comunidade. Não obstante, o traço mais distintivo e a característica que é comum a estas moedas é o seu alcance e âmbito onde actuam: o local. Esta particularidade retira validade a estas moedas no exterior das localidades onde circulam. Todos os restantes atributos que adquirem são voláteis, alterando-se segundo as circunstâncias e propósitos que justificaram a sua criação. Segundo Santos & Silva (2014, p. 216), estas moedas podem ter uma existência em suporte físico ou virtual e são criadas e geridas por uma comunidade, com o objectivo de promover a economia local, especialmente em lugares onde há grande evasão de recursos e/ou vulnerabilidade económica e social.

A vulnerabilidade económica e social pode ter na sua génese razões que derivam da expansão, para domínios não económicos, da racionalidade económica e dos valores que, segundo Parsons e Smelser (citados por Fevre, 2003), lhes são vulgarmente associados: a produção, a realização e o sucesso. Efectivamente, na sociedade actual é visível o predomínio dos valores económicos. Os pressupostos em que remanseiam os enunciados da teoria económica neoclássica, nomeadamente, no que se refere à racionalidade económica e ao modelo do mercado como a melhor maneira de distribuir os recursos sociais, tendem a prevalecer nas sociedades de capitalismo avançado. Tal significa conceber a sociedade como um conjunto de indivíduos maximizadores em competição constante pelos recursos. Também tem significado o favorecimento dos agentes económicos e permitido o agravamento dos níveis de acumulação e de desigualdades sociais. Há, no entanto, outras consequências e todas parecem dar razão a Karl Polanyi (1977): quando a economia deixa de assegurar o bem-estar dos cidadãos e passa a dominar a sociedade, as consequências são, entre outras, o aumento da criminalidade, da conflitualidade e da degradação ambiental. Parece evidente que o principal problema associado à racionalidade económica, tal como concebida pela teoria económica dominante é a subordinação da sociedade aos interesses económicos, isto é, a sociedade é mobilizada para servir os interesses económicos. Associada ao processo de globalização, a racionalidade económica estimula a produção crescente de bens de modo a manter os mercados competitivos e, fundamentalmente, lucrativos. Deste modo, a divisão de trabalho suporta o crescimento do mundo capitalista. Como auguram Santos e Silva (2014, p.212), o capitalismo financeiro tem como prioridade a tarefa de “*resguardar e ampliar o capital, sendo que, tudo passa a ser permitido, inclusive depreciar progressivamente o valor de uso do que é produzido*”. Ora, as moedas locais encerram em si, dadas as suas características, potencial para poderem contornar parte destes efeitos.

As moedas locais podem servir para combater os efeitos produzidos pelo crescimento económico que promove a desigualdade e a erosão das formas de solidariedade social. Isto acontece por não estarem subordinadas à disciplina financeira e não serem, por isso, atractivas para os investidores. A sua dimensão local e o modo como são concebidas impedem a sua acumulação. Deste modo, servem para combater a exclusão social que a racionalidade económica potencia nas diversas comunidades. É mesmo frequente que a conversão de moeda local para moeda oficial sofra uma

depreciação que, como veremos, almeja incentivar a sua retenção, obrigando à sua circulação. A viabilidade das moedas locais consiste em estarem ancoradas a meios de suporte que se assemelham a uma instituição financeira (isto é, uma moeda local pode criada por um banco como, por exemplo, o caso do Banco de Palmas, no Brasil) ou ao poder local (como, por exemplo, acontece com a Bristol Pound), algo que em Portugal apenas acontece com a moeda *Santo António* e a de Campolide (*Lixo*). Este factor justifica, parcialmente, o desaparecimento de maior parte das moedas locais que surgiram em território nacional. Será que a intervenção do Estado é condição necessária para o bom funcionamento e viabilidade deste tipo de moeda? Existem autores que consideram que, a partir do momento em que há intervenção estatal, deixa-se de poder falar em moeda local, pois esta passa a ser uma moeda oficial. Do ponto de vista de Santos & Caetano (2014), esta é sempre uma moeda complementar ou alternativa ao sistema capitalista dominante, no entanto, nem todas as moedas locais são detentoras desta característica.

Desenvolvimento

A utilização de uma moeda única é uma prática que, historicamente, é relativamente recente. Com efeito, de acordo com Tibbett (1997, p.127), o uso de diversas moedas em simultâneo foi, até ao século XIX, uma prática corrente. A modernidade está associada a diversas transformações sociais e, entre elas, encontramos a adopção de uma moeda única, a nível nacional, numa fase inicial e, mais recentemente, a nível internacional, de que é exemplo a criação de uma moeda única na União Europeia. Face a este cenário, tendemos a avaliar a moeda única como um mero meio para concretizar uma troca comercial de forma simples. A criação de uma moeda única, que é universalmente aceite, serve os interesses propalados pela teoria económica mais ortodoxa, na medida em que o uso dessa moeda única favorece as acções de maximização do lucro e de concorrência perfeita, pois promove a eliminação de barreiras ao comércio livre. Porém, no século XX emergiu uma nova forma de moeda que contraria esta lógica de maximização do lucro. Referimo-nos às moedas locais.

Segundo Peacock (2014, p.710-711), as primeiras experiências com moedas locais datam de 1930, e surgiram associadas aos efeitos da Grande Depressão, período durante o qual, nos Estados Unidos da América, muitas cidades pagavam os salários dos empregados municipais em moeda local. Este autor identifica Silvio Gesell como o “pai das moedas locais contemporâneas” (Peacock: 2014, p.712). Gesell (citado por Peacock, 2014, p.712) associa a origem do dinheiro ao mercado: à medida que a divisão do trabalho se acentuou, o dinheiro passou a funcionar como um meio de troca. Para este autor, o dinheiro acarreta um perigo: enquanto fonte de valor, o dinheiro pode ser acumulado. As moedas locais não possibilitam a acumulação de dinheiro. Pelo contrário, favorecem a sua circulação, contrariando, assim, a lógica capitalista de acumulação.

Actualmente, vivemos numa era caracterizada pela globalização das actividades económicas e do predomínio dos valores económicos face aos valores morais. À medida que a globalização económica se tornou hegemónica, foram surgindo diversos esquemas de moedas locais, como os sistemas locais de troca, baseados na comunidade e no local, de que são exemplo os LETS (Local Exchange Trading Systems) e formas alternativas de moeda que são uma expressão de valores que reforçam a vida comunitária, como as moedas virtuais que possibilitam a troca e, ainda, sistemas de moedas impressas que circulam no interior de uma comunidade, ou cidade, a par da moeda convencional. Isto é,

o conjunto de moedas a que chamamos moeda de “transição, alternativa, local, verde” (Kim et al., 2016), “moeda comunitária” (Lietaer & Dunne, 2013; Seyfang & Pearson, 2000), “locais ou comunitárias” (Hughes, 2015), “complementares” (Peacock, 2014), “moedas municipais” (Jayaramant & Oak, 2005) ou ainda “moeda social” (Cattani et al., 2009; Santos & Silva, 2014), foi concebido para fortalecer os laços de comunidades confrontadas com os efeitos da crescente mercantilização da vida, mas também para fazer face ao colapso das moedas nacionais (Jayaramant & Oak, 2005: 597), ou face às sucessivas crises financeiras. De acordo com Lietaer & Dunne, entre 1970 e 2010 ocorreram 145 crises bancárias, 208 crashes monetários, e 72 crises de dívida soberana (Lietaer & Dunne, 2013, p.3), o que leva os autores a questionar a prevalência deste sistema monetário.

Como verificámos no parágrafo anterior, a designação destas moedas não convencionais não é consensual, sendo múltiplas as denominações que lhes são atribuídas. Neste artigo, optamos por utilizar a designação de *moeda local*. As razões que nos levam a fazê-lo incidem no facto de considerarmos que não existem moedas mais sociais do que outras, o que nos leva a rejeitar a denominação de moeda social. Do nosso ponto de vista, todas as moedas são dotadas de uma função social, uma vez que a função económica é uma função social. Assim, se se defender que só as moedas locais são sociais, estaremos a aceitar, implicitamente, que a moeda convencional não é social, não tem uma função social, o que não nos parece admissível. Por outro lado, apelidar esta tipologia de moeda de “social” parece-nos redundante, na medida em que o dinheiro é sempre social, dado que assenta em regras sociais e em instituições sociais e que o seu uso envolve a existência de relações sociais. Consideramos, igualmente, que a designação *moeda local* engloba as dimensões mais significativas da especificidade destas moedas: promover o desenvolvimento local através da circulação (e não acumulação) de uma moeda que é criada localmente, que circula localmente, e que mantém a riqueza gerada localmente na própria localidade, o que fortalece a economia local. Atentemos, não obstante, nas diversas denominações que as moedas não convencionais assumem nas perspectivas de diferentes autores.

Cattani et al (2009, p.255) designam a moeda não convencional por *moeda social*, definindo-a como “uma forma de moeda paralela instituída e administrada por seus próprios usuários, logo, sua emissão é originada na esfera privada da economia. Entre ela e a moeda nacional não há qualquer vínculo obrigatório, e sua circulação baseia-se na confiança mútua dos usuários, participantes de um grupo circunscrito por adesão voluntária”. Os autores enfatizam, assim, o traço de similitude entre esta moeda e a moeda convencional, classificando-a como “paralela”. Por outro lado, explicam as diferenças mais evidentes, como o facto de esta moeda circular entre os seus utilizadores, envolvendo relações de confiança.

Por seu turno, Lietaer & Hallsmith (2006) optam pela designação de *moeda comunitária* e afirmam que esta moeda permite “que as localidades e as regiões criem uma riqueza real na sua economia local, combinando as necessidades não satisfeitas com os recursos subutilizados. Constituem uma maneira de a riqueza que é produzida localmente poder beneficiar as pessoas locais, em vez de ser apropriada por empresas distantes.” Também Seyfang & Pearson (2000: 57) se referem às moedas comunitárias, que definem como “iniciativas locais que permitem que as pessoas troquem bens e serviços sem que recorram à moeda convencional.” Já Peacock (2014, p.715) afirma que “as moedas complementares definem uma unidade monetária que determina o valor dos

bens e dos serviços” e sublinha a importância de estas moedas estarem, usualmente, associadas, em termos de cálculo do seu valor, às moedas convencionais, o que facilita os processos de convertibilidade da moeda convencional para a moeda local e vice-versa.

Seyfang & Pearson (2000, p.57-58) identificam três formas de operacionalizar as moedas comunitárias. A primeira é a livre circulação de notas entre indivíduos e estabelecimentos comerciais. O modo de utilização destas notas reproduz a mesma lógica de funcionamento da moeda convencional e o seu fito consiste na revivificação da economia local (e.g: Ithaca, em Nova Iorque). A segunda forma comporta um sistema de crédito e de débito entre os membros de uma comunidade, isto é, um sistema de trocas. Estas trocas compõem um sistema de crédito mútuo utilizado entre os indivíduos e que se gera no próprio acto de troca (e.g. LETS, no Reino Unido e no Canadá; SEL, em França). A terceira forma de moeda comunitária identificada por Seyfang e Pearson (2000) são os bancos de tempo, que abrangem a troca de bens e de serviços usando o tempo como moeda de troca (e.g. Time Dollar, nos Estados Unidos da América). Compete a cada agência de banco de tempo coordenar a oferta e a procura de serviços que os seus utilizadores disponibilizam. Seyfang e Pearson (2000, p.58) consideram que os bancos de tempo são “moedas voluntárias que fornecem uma ponte de ligação entre o que os sectores público e privado podem providenciar. Em simultâneo, tal como acontece com os LETS, os bancos de tempo promovem contacto pessoal e a construção de redes de apoio entre os seus membros.” O facto de os LETS e os bancos de tempo partilharem características comuns levam-nos para outra discussão: a de as moedas locais serem designadas de diferentes formas embora, aparentemente, cumprirem objectivos comuns e desempenharem funções também elas idênticas, como já verificámos, anteriormente, neste artigo.

Apesar de as designações da moeda não convencional não serem, como vimos, consensuais, estas moedas revestem-se de um conjunto de características comuns: procuram dar resposta aos problemas de atomização das comunidades (Seyfang & Pearson, 2000, p.58), enfraquecimento das economias locais, enfraquecimento dos laços comunitários, problemas de exclusão social, problemas de acesso a bens essenciais e supressão de necessidades básicas (Santos & Silva, 2014; Peacock, 2014), reacção ao avanço e predomínio da globalização económica hegemónica, que gera desigualdades e cria grupos particularmente vulneráveis à acção destas forças económicas globalizantes, como os desempregados, que ficam sem poder de compra, logo, sem acesso ao mercado (Tibbett, 1997, p.132). Neste sentido, podemos afirmar que as moedas locais contribuem para “reinventar e reestruturar o mercado” (Seyfang & Pearson, 2000, p.59), na medida em que correspondem a uma forma de economia na qual se valorizam competências e saberes que não são reconhecidos na economia de mercado (Santos & Silva, 2014). É unânime, entre estes autores, que as moedas locais favorecem, igualmente, o estabelecimento de auto-suficiência da economia local, auto-provisionamento em vez de depender de bens importados, o que contribui para um desenvolvimento mais sustentável, e para a construção de economias locais baseadas em justiça social e em relações sociais de interdependência entre os membros da comunidade.

Se não há consenso em torno da designação das moedas locais, parece haver unanimidade em relação à função destas moedas: fortalecimento dos laços da comunidade, fortalecimento da economia local e construção de capacidade locais. Estes factores poderão explicar o crescimento que o sistema LETS registou no Reino Unido: de cinco, em 1992, passou para 270, no início de 1995, ou o surgimento de várias moedas

alternativas em papel, como as Ithaca Hours (Tibbett, 1997, p.128). No ano 2000, os LETS chegaram aos 350, e envolviam 30000 membros (Seyfang e Pearson, 2000, p.57). Como vemos, existe uma grande diversidade de exemplos de moedas locais. Mas em que diferem, então, estas moedas das moedas convencionais?

Podemos afirmar que a diferença entre as moedas locais e as moedas convencionais passa pelas distintas lógicas de utilização, pelas razões que estão na génese da sua criação e pelos fins a que as moedas locais se destinam. Nas economias em sentido substantivo, a moeda obedece a uma lógica que escapa à da acumulação que caracteriza a economia de mercado. A moeda existe apenas de acordo com o seu fim natural (Soares, 2015), isto é, a aquisição de produtos para prover às necessidades. Historicamente, contudo, a moeda transformou-se num fim em si mesmo. O resultado foi a possibilidade de acumulação da moeda sem qualquer limite. Do mesmo modo, a troca deixou de se circunscrever à satisfação de necessidades, visando o lucro. Nas economias substantivas, a troca retoma a sua vocação natural, ficando mais próxima de um modo de aquisição comparável à produção, às colheitas ou à caça (Soares, 2015), portanto, reguladas por necessidades concretas e reais.

As moedas locais associam-se, com frequência, a movimentos globais que visam travar a erosão ambiental, ao mesmo tempo que procuram dinamizar o desenvolvimento local e/ou regional. Podem estar associadas ao valor da moeda oficial, como é o caso, em Portugal, do *Mayor*, em Campo Maior, ou do *Lixo*, em Lisboa, ou registar outras variações. Podem ser emitidas por associações (como o *Tear* ou a *LAPA*, na Covilhã) pelo governo local (como o *Santo António* ou o *Lixo*, ambas em Lisboa, e criadas pelas Juntas de Freguesia), dentro de uma empresa, ou por grupos de cidadãos. As moedas locais podem, assim, estar associadas a grupos particulares ou circular em determinadas regiões. Estas moedas podem ser complementares da moeda convencional.

Segundo Tibbett (1997, p.128), “as moedas paralelas ou complementares complementam o que se considera como meios escassos, dispendiosos ou instáveis de intercâmbio oficial. As moedas locais enclausuram o dinheiro dentro do sistema fechado em que circulam, estimulando o comércio local”. Na medida em que circulam dentro de uma comunidade, contribuem para o seu fortalecimento económico. Neste sentido, Seyfang e Pearson (2000, p.58) sustentam que os LETS respondem, em primeiro lugar, ao desejo que os indivíduos têm de se *reconectar* à comunidade, de estabelecer contacto pessoal e de atribuir reciprocidade às relações económicas. Assim, criar uma moeda local pode obedecer a princípios ideológicos tais como alterar ou reestruturar o sistema financeiro existente. Por outro lado, a criação de uma moeda local também pode espelhar diferentes estratégias, como a promoção do desenvolvimento local, promover a protecção ambiental, combater a pobreza e capacitar os indivíduos. Jayaraman & Oak (2005, p.598) sustentam que a moeda local incentiva a procura de produtos locais. Por sua vez, Peacock (2014, p.709) chama a atenção para as oportunidades que a moeda local pode representar para os grupos mais vulneráveis, como os pobres e os desempregados.

Para Bernard Lietaer & Dunne (2013), o sistema monetário actual gera escassez e competição. Estes autores sugerem que o ser humano é motivado pelo medo da escassez e pela ganância, o que conduz a que, por um lado, evite olhar para a realidade das suas finanças e, por outro, o leva a focar-se excessivamente no dinheiro. Estes autores sustentam que o dinheiro não é um produto da natureza, não é natural, mas sim uma construção que se deu por volta do ano de 1700, na Europa, surgindo, primeiramente, em Inglaterra. Consideram que os economistas nunca definem o que é o

dinheiro, apenas descrevem o que ele faz. Descrevem-no como uma medida de valor dos bens, um depósito de valor e um meio de troca. Assim, os autores observam que é necessário repensar a função do dinheiro. Na sua óptica, a criação de uma moeda com uma finalidade diferente poderá transformar a escassez em prosperidade. Entendem que o dinheiro e o próprio sistema monetário são um problema, mas, uma vez que o dinheiro é uma invenção da humanidade, essa realidade pode alterar-se. E essa alteração passa pela implementação de moedas locais. Porém, existem autores que colocam em causa a sustentabilidade destas moedas.

Efectivamente, Evans (2009) afirma que o uso de moedas locais, de modo sustentável, não é comum. O autor refere que existem poucos casos de sucesso. Nesta medida, entende que esses casos não podem ser compreendidos como compromissos que as comunidades abraçam enquanto forma de expressão de valores sociais. O autor considera que as moedas locais têm um prazo de vida curto, o que, no seu entendimento, indicia que as motivações morais para a adesão às moedas locais não são suficientemente fortes para que estas subsistam e perdurem no tempo.

Mas será que a utilização de uma moeda local e a sua circulação no interior de uma comunidade podem promover o desenvolvimento local? As moedas locais capacitam as pessoas? Ou são um mero exercício de construção artificial das condições de mercado quando elas não existem? Como é que estas moedas podem convergir, enquanto solução, ou contribuir para a solução, de problemas originados pela expansão da racionalidade económica e dos valores que lhes estão associados?

Para encontrar respostas para estas questões, propomo-nos a analisar três casos de moeda local em Portugal: o *Lixo*, o *Tear* e o *Santo António*, com base em informação disponível online e em conversas informais mantidas com informantes privilegiados ligados a estes projectos de moeda local. Recolhemos, também, informação dos sites oficiais: o site oficial da Cooperativa *Coolabora*¹, responsável pela criação do *Tear*, o site oficial da Junta de Freguesia de Santo António², entidade que criou a moeda *Santo António* e o site oficial do projecto *Pago em Lixo*³, no âmbito do qual a moeda *Lixo* opera. Foram, igualmente, consultadas diversas notícias publicadas nos media portugueses sobre estes projectos, sobretudo, sobre o *Pago em Lixo*, um projecto que foi alvo de ampla cobertura mediática. Analisámos, de igual modo, o regulamento deste projecto criado pela JFC.

Lancemos, então, o nosso olhar sobre os três casos de moeda local em análise. Começamos pela moeda *Tear*, que apresenta características distintas das outras duas, desde logo, porque é uma moeda criada por uma associação, enquanto que quer o *Santo António* quer o *Lixo* são moedas criadas por juntas de freguesia.

Apresentação dos casos

1. *Tear*

O *Tear* é uma moeda local criada na cidade da Covilhã pela cooperativa *CooLabora*, uma cooperativa de intervenção social que procura desenvolver actividades de desenvolvimento local e de práticas de consumo sustentáveis. Esta cooperativa promove projectos no âmbito da igualdade de oportunidades, violência doméstica, igualdade de

¹ http://www.coolabora.pt/pt/pag/sobre_n__s/

² <http://www.jfsantoantonio.pt/>

³ <http://pagoemlixo.pt/>

género, participação cívica, educação e formação e inclusão social. A *Coolabora* foi criada em 2008. O *Tear* circula exclusivamente num mercado local denominado “Troca a Tod@s”. Este mercado nasceu em 2014, com o objectivo de “valorizar a vida das pessoas e os seus saberes”⁴ e de encontrar soluções que “permitissem criar formas alternativas de consumo que valorizem as pessoas”.⁵ A realização desta feira e a concepção da moeda local cumpre vários propósitos, entre os quais se destacam potenciar a produção e o consumo locais que são práticas associadas à preocupação com a protecção ambiental e que dinamizam a produção local e estimulam o comércio local. Inserem-se no âmbito e actuação das práticas de economia local e solidária. Neste mercado tanto se trocam produtos por outros produtos, ora por serviços, ou através da moeda *Tear*, que pode ser adquirida no próprio local, tendo lastro em euros, isto é, um *Tear* equivale a um euro.

A intenção da organização, ao criar este mercado de trocas, consistia em consciencializar os cidadãos da Covilhã para o impacto que os seus hábitos de consumo têm na economia local. Considerando as trocas como “um instrumento de valorização do trabalho, do saber, da cooperação e da criatividade local, onde se estimula a solidariedade, em detrimento da busca linear do lucro”⁶, procura-se valorizar o local, beneficiar directamente o território e os seus habitantes. Por outro lado, como referem Santos & Silva (2014), os sistemas de trocas desempenham um papel de relevo na formação de redes de sociabilidade e de cooperação, assim como no estabelecimento de relações de confiança entre os seus intervenientes. Estas características estão presentes nas parcerias que a *Coolabora* leva a cabo com o Grupo Covilhã em Transição e o Teatro das Beiras para organizar mensalmente este mercado. Um outro objectivo que se cumpre é o de fixar localmente a riqueza que aí é produzida.

Uma outra característica da utilização do *Tear* e deste mercado de troca é a de aproximar os produtores aos consumidores, um princípio caro ao movimento do Comércio Justo, assim como o de contribuir para uma maior sustentabilidade da comunidade, especialmente, no que concerne ao auto-abastecimento e à auto-subsistência alimentar, o que vai ao encontro dos princípios associados ao movimento da soberania alimentar e das teorias do decrescimento.

2. Santo António

Esta moeda foi concebida em Abril de 2016, pela Junta de Freguesia de Santo António (JFSA), freguesia de Lisboa. Foi formulada para ser utilizada, exclusivamente, por moradores da freguesia na mercearia social inaugurada na mesma data. Sendo dirigida aos moradores mais carenciados da freguesia, a sua característica mais distintiva é a de permitir que estes, devidamente sinalizados pelos serviços de apoio social da JFSA, possam ter poder de escolha relativamente aos produtos que querem adquirir. Antes da criação desta moeda e da existência desta mercearia social, os moradores da freguesia com condições socioeconómicas mais frágeis beneficiavam de cabazes pré-elaborados pelos serviços de apoio social da JFSA. Muitas das vezes, os produtos contidos nesses cabazes não correspondiam às necessidades dos utentes. Havendo a possibilidade de escolherem o que querem colocar no seu cabaz de compras, não só se confere maior dignidade ao indivíduo, como se procura evitar o desperdício alimentar. Por outro lado, os

⁴ Fonte: http://www.coolabora.pt/pt/pag/economia_social/15/, consultado em 7 de Janeiro de 2019

⁵ *Idem*.

⁶ *Idem, ibidem*.

cabazes pré-elaborados continham, apenas, bens alimentares. Na mercearia social onde se utiliza o Santo António existem outros bens que os utentes podem adquirir com a moeda, como vestuário, produtos de higiene pessoal e artigos de puericultura. O leque de escolhas é mais amplo e os utentes podem adquirir aquilo que pretendem, dentro da oferta disponível.

O *Santo António* funciona como uma espécie de crédito. Os serviços de apoio social da JFSA analisam os rendimentos *per capita* do agregado familiar e é assim que se determina a distribuição da moeda a cada família. O *Santo António* está disponível em dois formatos: digital e em papel. No formato electrónico, na forma de um cartão ao qual é atribuído um crédito definido pela equipa técnica de apoio social. Mas também existe em papel, de modo a acomodar os cerca de 250 idosos que beneficiam da moeda e que não estão familiarizados com as novas tecnologias inerentes à utilização do cartão. O *Santo António* beneficia 1000 pessoas pertencentes a 360 famílias. Um quarto dessas pessoas são idosos.

A criação desta moeda surge no âmbito do projecto “Mercearia Social Valor Humano” e tem o apoio da Fundação PT, o que nos leva a situá-la num projecto de responsabilidade social das empresas (RSE), seguindo a mesma linha de pensamento de Santos & Silva (2014), que assim classificam o caso da moeda *Mayor*, uma moeda local criada em Campo Maior e que envolve empresas como a Delta e a Fundação EDP. A Mercearia Social Valor Humano é também apoiada e abastecida por diversos comerciantes locais. Assim, a similitude entre a moeda *Santo António* e a moeda *Mayor* parece-nos evidente.

A parceria com a Fundação PT enquadra-se no âmbito de um outro projecto apoiado por esta fundação, o projecto “Lojas Sol”, que consiste na “dinamização de lojas sociais como forma de promover a sustentabilidade de projectos sociais”⁷, o que evidencia a presença da RSE neste projecto que viabiliza a utilização de uma moeda local. Deste modo, a moeda *Santo António* parece-nos mais uma experiência de economia social que envolve órgãos do poder político local (Junta de Freguesia de Santo António) e como um projeto de responsabilidade social das empresas, uma vez que conta com o apoio de marcas como o *Continente*, que faz parte do grupo empresarial Sonae, e de uma fundação como a Fundação PT.

3. Lixo

A moeda *Lixo* foi criada em 2016, pela Junta de Freguesia de Campolide (JFC), no âmbito do projecto “Pago em Lixo”, que estimula a troca de resíduos recicláveis por esta moeda local. O *Lixo* circula em 70 estabelecimentos comerciais da freguesia. Com a execução deste projecto, a JFC propôs-se a atingir duas metas: dinamizar o comércio local, depauperado pela crise financeira de 2008 e que atingiu países como Portugal, Espanha e Grécia e, por outro lado, pela multiplicação de grandes superfícies comerciais na freguesia. Simultaneamente, o projecto apresenta também o fito de sensibilizar a população residente na freguesia para a necessidade de se criarem hábitos de separação de resíduos e assim melhorar a higiene urbana na freguesia. A própria designação da moeda espelha os propósitos da sua criação: a troca de lixo reciclável (papel, plástico, vidro e pilhas) pela moeda *Lixo*, que é válida apenas no âmbito da freguesia de

⁷ Comunicado da Fundação Portugal Telecom, 15 de Abril de 2016, disponível em <https://www.telecom.pt/pt-pt/media/comunicados/Paginas/2016/abril/fundacao-pt-e-freguesia-de-santo-antonio-inauguram-primeira-mercearia-social-em-lisboa.aspx>, consultado em 3 de Janeiro de 2019.

Campolide e circunscrita às lojas que aderiram ao projecto e que podem ser identificadas com um dístico criado para o efeito pela JFC. Tal como sucede com o *Santo António* e com o *Tear*, também o *Lixo* apresenta um lastro em euros, isto é, há uma correspondência entre a moeda local e o mesmo valor em euros.

No que respeita à operacionalização do projecto, esta afigura-se mais complexa do que os dois casos anteriormente apresentados, no que concerne à logística necessária para a troca de lixo por *Lixo*. Para que esta troca se processe, a JFC procede à montagem, numa manhã de sábado por mês, de bancas itinerárias para a recolha e pesagem de lixo reciclável. Sendo itinerária, a recolha passa por dois locais distintos da freguesia em cada um dos dias de acção. Esta recolha é assegurada por trabalhadores da JFC, que recolhem o lixo, pesam-no e trocam o respectivo peso pelo valor que lhe corresponde em moeda local. Estes trabalhadores asseguram, através da apresentação de um documento que o comprove, que quem entrega o lixo reside na freguesia. Não é permitido que cada residente troque mais de 10 quilos de lixo por cada dia de acção, por motivos de ordem económica: o *plafond* máximo que a JFC disponibiliza para o projecto circunscreve-se a 1000 euros por cada acção e o *budget* anual é de 15.500 euros.

Depois de trocado o lixo por *Lixo*, cada residente poderá utilizar a moeda em diversos estabelecimentos comerciais da freguesia. Os comerciantes que aderirem à iniciativa podem optar por trocar os *Lixos* que recebem por euros. Para que tal aconteça, dirigem-se à JFC, onde se processa esse câmbio. Uma outra possibilidade é a de os comerciantes utilizarem esses *Lixos* para adquirirem bens noutros estabelecimentos comerciais (cafés, pastelarias, restaurantes, mercearias, cabeleireiros, peixarias e talhos) aderentes do projecto, cumprindo, assim, alguns dos propósitos frequentemente associados às moedas locais: a circulação da moeda dentro de uma comunidade, o que contribui não só para o enriquecimento das relações de confiança entre os membros dessa comunidade, mas também para o fortalecimento da economia local.

Discussão e análise dos resultados

Para muitas famílias, estas moedas constituem uma forma de aceder a bens de primeira necessidade, quando os seus rendimentos não lhes permitem adquiri-los por outros meios. O contexto de crise financeira que assomou em 2008 estimulou o aparecimento de mais moedas locais em Portugal. O aumento do desemprego, os cortes nos salários, pensões e outras prestações de apoio social retiraram poder de compra a muitos agregados familiares. As moedas locais são, nesse contexto, uma forma de complementar rendimentos e uma via para aumentar, ainda que de forma residual, o poder de compra das famílias que delas beneficiam. O *Santo António* e o *Lixo* funcionam em contexto de bairro, correspondendo ao *modus operandi* das moedas criadas pelo poder local. Estas duas moedas locais concedem poder de compra, ainda que relativo, a franjas da população economicamente mais vulneráveis das respectivas freguesias onde circulam.

No caso do *Lixo*, o papel desempenhado pela moeda vai mais além do que a sua congénere da freguesia vizinha: estimula o comércio local, a economia local e estabelece laços de confiança entre os comerciantes, na medida em que estes trocam os *Lixos* que lhes chegam fazendo compras entre si. A moeda *Lixo* circula entre os comerciantes, o que evidencia uma racionalidade distinta da “racionalidade económica que caracteriza o consumo capitalista” (Santos & Silva, 2014, p.211). Pelo contrário, esta circulação do *Lixo* entre os comerciantes espelha práticas de consumo solidário, o fortalecimento de laços e

o estabelecimento de relações de confiança entre os membros da localidade, neste caso, os comerciantes da freguesia. Por outro lado, a circulação da moeda *Lixo* pela comunidade contribui para que a economia local funcione autonomamente, o que encontra eco naquilo que Seyfang e Pearson (2000), Santos e Silva (2014) e Peacock (2014) defendem, acerca do papel que as moedas locais desempenham enquanto potencial instrumento de estabelecimento de relações sociais de interdependência entre os membros de uma comunidade e de auto-suficiência no que concerne à economia local. Por outro lado, a criação desta moeda local vai ao encontro do que defendem Lietaer & Hallsmith (2006): uma das condições que leva à criação de moedas locais é o facto de promover o comércio local, frequentemente fragilizado pela disseminação das grandes superfícies comerciais e pelas crises financeiras.

A perda de poder de compra e o aumento do desemprego são características que impulsionam a realização do mercado “Troca a Tod@s”, na Covilhã, onde o *Tear* circula. Este mercado começou por ter uma periodicidade mensal. Porém, a sua cadência tornou-se irregular, o que limita o âmbito de actuação do *Tear*. Deste modo, podemos afirmar que a utilização do *Tear* é uma acção económica que se enquadra no âmbito da economia e consumo solidários, que valorizam as pessoas e não o lucro e que enfatizam a importância da produção e do consumo locais como forma de empoderamento local. Porém, não dispomos de dados que nos permitam afirmar, sem reservas, que esta moeda local contribui, efectivamente, para o desenvolvimento local, ou que capacita os participantes da feira onde a moeda circula.

As moedas *Lixo* e *Tear* convidam os moradores locais a participar activamente na vida da comunidade, a serem consumidores solidários e a contribuir para o fortalecimento do poder económico dos pequenos produtores e comerciantes, assim como da economia local, o que vai ao encontro do que preconizam Seyfang & Pearson (2008): a implementação de moedas locais pode responder a questões que derivam da fragilização das economias locais.

Conclusões

Nos três casos analisados, verifica-se que o lucro não é uma dimensão presente nos objectivos de cada um dos projectos. Pelo contrário, aqui o dinheiro é relocalizado e cumpre, unicamente, a sua função de meio de troca. Parece-nos plausível afirmar que o *Tear* e o *Lixo* podem contribuir para o fortalecimento dos laços comunitários e para criar redes económicas alternativas, aproximando-se, assim, do sentido substantivo da economia apontado por Polanyi (1977). Tal ocorre na medida em que a moeda local não tem validade fora da localidade na qual circula e essa característica não favorece a sua acumulação, mas sim a sua circulação. Os projectos em que estas duas moedas se inserem procuram unir as pessoas das respectivas comunidades. Almejam, ainda, a encontrar soluções para os problemas dos agentes sociais locais. Simultaneamente, consciencializam os consumidores, incentivando-os a comprar produtos locais. Além disso, no caso do *Tear* e mercado *Troca a Tod@s* o consumo *ecofriendly* também é incentivado. Tanto no caso do *Tear* como no caso do *Lixo* procura-se colocar a economia sob o controlo da comunidade, garantindo que a economia se mantém *incrustada* na sociedade, que não se autonomiza enquanto campo independente e que contribui para o bem-estar das comunidades locais.

Não dispomos de dados suficientes que nos permitam aferir que, nos casos analisados, as moedas locais contribuem para o desenvolvimento local, ou que capacitam

as pessoas. Para tal, seria necessária mais investigação e questionar a população envolvida e abrangida pelos projectos. No entanto, é possível presumir que o escopo das redes criadas por estes projectos poderia abranger um número maior de pessoas, se houvesse mais informação e maior divulgação dos projectos.

O “Pago em Lixo” parece ser um projecto que não rompe com os valores da racionalidade económica: a motivação de base da JFC para iniciar este projecto é de cariz económico e passa pela revitalização do comércio tradicional. Não obstante, o “Pago em Lixo” também reflecte a intenção da JFC estimular e enraizar comportamentos de maior consciência cívica na comunidade. Para tal, a JFC recorre a um incentivo económico.

Por seu turno, o *Santo António* representa um mero exercício de construção artificial das condições de mercado, quando elas não existem: na ausência de recursos financeiros suficientes em determinadas franjas da sua população, a JFSA criou uma mercearia e uma moeda local que contribui para que essa população pudesse recuperar capacidade de escolha nas suas decisões enquanto consumidores, algo que não lhes seria conferido com os cabazes pré-feitos. Já o *Tear* e o *Lixo* conferem maior poder de compra à população local, ainda que de forma residual, contribuindo para atenuar problemas relacionados com a expansão da racionalidade económica, como a perda de poder de compra que decorreu das crises financeiras.

O *Tear* e o *Santo António* integram-se em projectos mais amplos que ultrapassam o âmbito de criação de uma moeda local e que se estendem a fenómenos sociais como a exclusão social e o desemprego. O *Lixo* funciona como um projecto *per se* que foi criado com objectivos de revitalização do comércio local e de promoção de hábitos de separação de resíduos. Como parte do projeto de intervenção liderado pela CooLabora, o *Tear* e o mercado *Troca a Tod@s* criam redes de troca, promovendo a reciprocidade na acção económica.

Em suma, podemos concluir que o âmbito local destes projectos cria barreiras ao seu desenvolvimento e à sua afirmação, na medida em que limita a adesão de potenciais participantes e, desse modo, o número de pessoas envolvidas fica restrito às localidades, o que restringe as suas possibilidades de sucesso. Não obstante, é difícil avaliar o sucesso destes projectos e, deste modo, é necessário desenvolver mais pesquisas para que seja possível avaliar a capacidade das moedas locais para fortalecer laços comunitários e revitalizar as economias locais.

Referências

- Cattani, A. D., Laville, J.L., Inácio Gaiger, L. & Hespanha, P. (2009), *Dicionário internacional da outra economia*, Livraria Almedina.
- Evans, M. S. (2009), “Zelizer’s theory of money and the case of local currencies”, *Environment and Planning*, Vol. 49, 1026-1041.
- Fevre, R. (2003), *The New Sociology of Economic Behaviour*, London, Sage Publications.
- Hughes, N. (2015) “The Community Currency Scene in Spain”, *International Journal of Community Currency Research*, 19 (Winter) 1-11
- Jayaraman, R. & Oak, M. (2005), “The Signalling Role of Municipal Currencies in Local Development”, *Economica*, New Series, Vol. 72, N.º 288, pp. 597-613.
- Kim, S. M., Lough, B., & Wu, C. F. (2016). “The conditions and strategies for success of local currency movements.” *Local Economy*, 31(3), 344-358.

- Lietaer, B. & Hallsmith, G. (2006) *Community Currency Guide*, [online]. Global Community Initiatives. Available from: <http://www.globalcommunity.org/gc/newsfiles/25/Community%20Currency%20Guide.pdf> [Accessed 23 February 2018].
- Lietaer, B. & Dunne, J. (2013), *Rethinking Money. How New Currencies Turn Scarcity Into Prosperity*, Berrett-Koehler Publishers Inc., San Francisco.
- Peacock, M. S. (2014), "Complementary Currencies: History, theory, prospects", *Local Economy*, vol. 29 (6-7), pp. 708-722.
- Polanyi, K. (1977), *The Livelihood of Man*, Edited by H.-W. Pearson, New York, Academic Press.
- Santos, L. L. & Silva, B. C. (2014), "Mercados de trocas e moedas sociais em Portugal continental: os desafios de uma cultura de emancipação social", *Otra Economía*, Revista Latinoamericana de Economía Social e Solidária, vol. 8, n.º 15.
- Seyfang, G. & Pearson, R. (2000), "Time for Change: International experience in community currencies", *Development*, 2000, vol. 43, issue 4, 56-60.
- Soares, C. (2015), "O Trabalho na Ontologia da Vida: Implicações Éticas", em *Journal of Studies on Citizenship and Sustainability*, N.º 1, 32-46.
- Tibbett, R. (1997), "Alternative Currencies: a challenge to globalization?", *New Political Economy*, 2:1, 127-135.